

DEPOIS DA DECISÃO TOMADA PELA NORUEGA E SUÉCIA

# Mais Parceiros de Cooperação admitem reduzir apoio ao OGE

ALVARITO DE CARVALHO

Mais países membros do Grupo de Parceiros Internacionais de Cooperação com Moçambique (G - 19) admitem a possibilidade de reduzir o apoio ao Orçamento Geral de Estado (OGE - 2009) alegadamente por falta de progressos e pouca agressividade na luta contra a corrupção no país. Recentemente, as embaixadas do Reino da Noruega e da Suécia acreditadas em Maputo anunciaram que não aumentarão as suas ajudas directas ao Orçamento Geral do Estado, em retaliação à letargia registada no combate à corrupção.



Mais Parceiros de Cooperação admitem reduzir apoio ao OGE

"Mais governos do grupo de Parceiros Internacionais de Cooperação poderão também reduzir ajuda externa se o Governo moçambicano não realizar acções concretas e objectivas com vista ao combate à corrupção", afirmou-nos uma fonte diplomática acreditada em Maputo para, em seguida, recordar que a maioria dos Parceiros Internacionais de Cooperação ficaram escandalizados quando tomaram conhecimento de que o Presidente de Moçambique nomeou um arguido no processo-crime especial para desempenhar as funções de Procurador-Geral da República.

"É inconcebível que alguém indiciado de desvio de fundos públicos seja nomeado guardião da legalidade antes do desfecho do processo", elucidou o diplomata para, em seguida, recordar que a Constituição da República de Moçambique advoga que cabe ao Ministério Público, liderado pelo Procurador-Geral da República, exercer a acção penal.

"Portanto, qual é a garantia de que os fundos que disponibilizamos ao Orçamento do Estado Moçambicano serão aplicados exclusivamente de acordo com os projectos aprovados conjuntamente?", indagou o diplomata europeu para, em seguida, acrescentar que a maioria dos Parceiros Internacionais de Cooperação perderam confiança em relação à administração da justiça em consequência dos métodos aplicados no arquivamento do catalogado processo-crime especial 12/2007-C.

## Défice será coberto por receitas internas

O Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereia, à margem da

missão política ao Comité da FRELIMO na Cidade de Maputo, que o Governo vai usar as receitas internas para cobrir a lacuna provocada no Orçamento do Estado de 2008 pela redução da ajuda da Suécia ao país, na ordem de 3,3 milhões de dólares norte-americanos.

"Moçambique tem formas de cobrir esta situação através das receitas internas e da contribuição dos parceiros que estão agora a trabalhar conosco", elucidou o titular do pelouro da Planificação e Desenvolvimento para, em seguida, acrescentar que o Executivo moçambicano

ainda não tinha informação oficial sobre a pretensão da Dinamarca.

Recordar que a BBC anunciou que a Dinamarca também tencionava reduzir o seu apoio a Moçambique caso não se verificassem avanços nos esforços de combater a corrupção. Acrescentou que no encontro havido sexta-feira em Maputo com membros do Governo dinamarquês, nenhuma informação foi avançada nesse sentido.

Aiuba Cuereia afirmou ainda que em nenhum momento o Governo recebeu a informação da decisão da Noruega de reduzir o nível de

assistência ao país, por isso mesmo os fundos prometidos por este reino europeu para o presente ano estão a fluir normalmente. No próximo ano, os fundos da Noruega vão também fluir normalmente, segundo prometeu o ministro.

"Houve uma conclusão: há um projecto concreto de planificação e finanças descentralizadas que abrangem algumas províncias e contava com o apoio da Noruega. O projecto está agora a ser redesenhado para abranger todo o nosso país e nesse novo redesenho nós estamos em busca de parceiros para trabalhar nesta

nova modalidade em que a Noruega não está a participar", explicou. De acordo com as declarações do titular da pasta de Planificação e Desenvolvimento, a não participação deste país neste projecto particular não tem nada a ver com a alegada falta de avanços no combate à corrupção. Ele referiu haver outros países que também não vão participar no projecto nessa nova modalidade.

Aiuba Cuereia disse que, actualmente, o país tem estado a registar progressos no tocante ao combate à corrupção, facto resultante do reforço das instituições

nacionais de justiça. Segundo ele, nessas acções, o Estado conta com o apoio dos próprios financiadores externos. "Um dos grandes problemas era o relacionado com o processo do Banco Austral. A Procuradoria-Geral da República já começou a fazer audições e o Ministério das Finanças já forneceu as percentagens dos valores do dinheiro que tinha sido atribuído pelo banco a vários mutuários", elucidou.

"O país tem estado a registar progressos no tocante ao combate à corrupção, como resultado do reforço das instituições da justiça", num esforço que até "conta com o apoio dos próprios financiadores externos".

"Um dos grandes problemas (de suposta corrupção) era o relacionado com o processo do Banco Austral. A Procuradoria-Geral da República já começou a fazer audições e o Ministério das Finanças já forneceu os percentuais dos valores do dinheiro que tinha sido atribuído pelo banco a vários mutuários", realçou Aiuba Cuereia.

Alguns doadores internacionais de Moçambique têm manifestado desagrado por falta de um esclarecimento judicial das razões que quase levaram o ex-Banco Austral à falência no início de 2000, situação que só não se consumou depois de o governo moçambicano ter dado uma forte injeção financeira através do Orçamento do Estado.

Uma lista dos principais devedores do Banco Austral divulgada na imprensa pelo Conselho de Administração incluía nomes e instituições associadas ao partido no poder, nomeadamente a FRELIMO. As despesas do Estado moçambicano são financiadas em cerca de 60% pelos doadores internacionais, incluindo a União Europeia.

## DA "JOAQUIM CHISSANO"

# "Segunda faixa" pronta em 24 meses

— garante Nerio Gridella, director técnico da CMC-África Austral

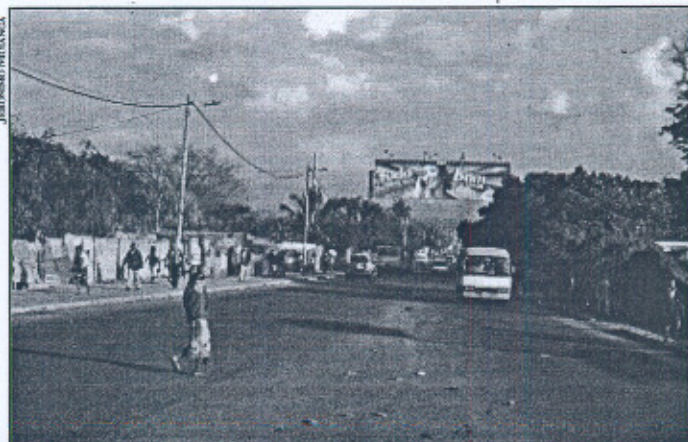
As obras de construção da segunda faixa de rodagem da Avenida Joaquim Chissano, na cidade de Maputo, deverão terminar em 24 meses, conforme garantiu ao ZAMBEZE Nerio Gridella, director técnico da CMC-África Austral, firma de direito moçambicano que ganhou o concurso para a construção daquela rodovia, de 5,5 quilómetros.

Gridella disse a este semanário que a sua firma iniciou há dias com as obras, que compreendem ainda o troço Jardim-Nó da Machava, numa extensão de 11 quilómetros, o que significa que a empreitada é de 16,5 quilómetros, estando orçada em 25 milhões de dólares norte-americanos.

Os trabalhos ora em curso tem como objecto a limpeza da área abrangida pelas obras, particularmente a remoção de resíduos sólidos. A obra em si inicia dentro de dias, devendo envolver, além da construção da estrada e de valas de drenagem, a construção de passeios.

As obras de construção da segunda faixa da "Joaquim Chissano", também conhecida por "Via Rápida", serão fiscalizadas pela firma moçambicana Técnica Engenheiros Consultores; espera-se que pouco mais de 300 pessoas sejam empregues directamente na empreitada, que tem como proprietário a Administração Nacional de Estradas (ANE).

O ZAMBEZE sabe que a



CMC-África Austral está neste momento em negociações com a CETA, visando envolvê-la naquelas

obras, à semelhança do que está a suceder na cidade de Maputo, onde esta ficou com 5 milhões dos 22 milhões de

dólares norte-americanos do valor global da mesma.

Aliás, nas obras de reabilitação de mais de 20

estradas da capital do país aquela firma, com 25 anos de existência no país, envolveu três pequenas empresas nacionais, nomeadamente CGN, Rainbow Construções e a Brilho, que, juntas, arrecadaram 1,5 milhão de dólares norte-americanos.

Sobre as obras de reabilitação de algumas estradas, valas de drenagem e passeios da capital do país, Nerio Gridella garantiu que as mesmas estarão prontas até finais de Setembro próximo, tal como preconiza o relevante contrato rubricado com a edilidade local. "Pode ficar viva e outra rectificação, que é normal neste tipo de situações, mas o prazo será cumprido", sublinhou.

Elísio Samaritano